

**REFLEXÕES SOBRE A GENTE NEGRA DAQUI E D'ALÉM MAR:
TRAJETÓRIAS, CONEXÕES E POSSIBILIDADES NOS ESTUDOS
AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS**

**REFLECTIONS ON THE BLACK PEOPLE FROM HERE AND
OVERSEAS: TRAJECTORIES, CONNECTIONS AND
POSSIBILITIES IN AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN STUDIES**

**REFLEXIONES SOBRE LA GENTE NEGRA DAQUÍ Y DE MÁS
ALLÁ DEL MAR: TRAJETORIAS, CONEXIONES Y
POSIBILIDADES EN LOS ESTUDIOS AFRICANOS Y AFRO-
BRASILEÑOS**

Lidiana Emídio Justo da Costa¹

Resumo

O presente artigo procura refletir, a partir da divisão proposta pelo historiador guineense Carlos Lopes, as três fases pelas quais passou a historiografia africana (Inferioridade, Superioridade e Nova História Africana) e como esses estudos produzidos por intelectuais africanos, de alguma maneira, ressoaram nas produções brasileiras que trataram sobre temáticas relacionadas à gente negra, daqui e d'além mar. Portanto, pretende-se conduzir a narrativa atentando para as trajetórias, conexões e possibilidades entre as narrativas africanas e afro-brasileiras.

Palavras-chave: Historiografia africana; gente negra; conexões; trajetórias.

Abstract

The present article tries to reflect from the division proposed by the Guinean historian Carlos Lopes, the three phases through which the African historiography (Inferiority, Superiority and New African History) passed and how these studies produced by African intellectuals somehow resonated in the productions Brazilians who dealt with themes related to black people, hence beyond the sea. Therefore, we intend to conduct the narrative by looking at the trajectories, connections and possibilities between African and Afro-Brazilian narratives.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Keywords: African historiography; black people; connections; trajectories.

Resumen

El presente artículo busca reflejar, a partir de la división propuesta por el historiador guineano Carlos Lopes, las tres fases por las que pasó la historiografía africana (Inferioridad, Superioridad y Nueva Historia Africana) y cómo esos estudios producidos por intelectuales africanos, de alguna manera, producciones brasileñas que trataron sobre temáticas relacionadas a la gente negra, de aquí y de más allá del mar. Por lo tanto, se pretende conducir la narrativa atentando para las trayectorias, conexiones y posibilidades entre las narrativas africanas y afrobrasileñas.

Palabras clave: Historiografía africana; gente negra; conexiones; trayectorias.

Também temos uma história ou apenas temos uma história?

O historiador guineense Carlos Lopes (1989) procurou dar sua contribuição no campo da historiografia africana, visando refletir sobre suas complexidades, analisadas por ele a partir de três correntes historiográficas – Inferioridade Africana, Superioridade Africana e Nova História Africana. Essa divisão proposta por Lopes, de forma bastante didática e crítica, permite que se busque compreender essa historiografia situando-a no tempo e lugar social de produção, bem como lançar novos olhares no que se relaciona aos desafios contemporâneos.

A corrente conceituada de Inferioridade Africana (1840-1950) destaca-se por ser uma produção com resquícios colonialistas, que situa o continente africano como atrasado e selvagem. Justificava por si só a dita *missão civilizatória*, fundamentada no paradigma hegeliano sobre *o fardo do homem branco*, algo que foi compartilhado por diversos pensadores e viajantes europeus.

Dentre os principais expoentes desse pensamento social eurocêntrico destacam-se Hegel, Marx, Engels, Spencer e Comte.² Para estes autores, as sociedades deveriam ser estudadas a partir de uma trilha que desembocasse na civilização aos moldes europeus, e por isso o próprio marxismo não escapou dessa perspectiva, pois apesar de ter feito críticas severas ao capitalismo, apresentava traços do pensamento ocidental

² Para uma discussão sobre esse pensamento social eurocêntrico, recomenda-se: BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. *Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, v. 1, n. 1, p. 46-63, jun. 2008.

relacionado às teses evolucionista, colonialista e eurocêntrica (é importante ressaltar que não só o marxismo, mas outras teorias europeias do período tinham esses caracteres).

Conforme observou Lander (2006, p. 208), Marx incorporou em seu sistema teórico “tradições, desenvolvimentos e correntes de pensamento de origem díspares, mas todos arraigados na cultura ocidental”. Sendo assim, nem a crítica mais contundente já feita sobre as sociedades capitalistas conseguiu superar a barreira hegemônica dos saberes eurocentristas.

Interessa-nos entender como esse pensamento social europeu foi materializado nesta corrente. Carlos Lopes afirmou que as bulas papais “Dum Diversas” (1452) e “Romanus Pontifex” (1455) deram direitos aos países da Europa, principalmente os católicos, sobre os povos negros, maometanos e pagãos, bem como reforçaram que as terras não cristianizadas eram “terras de ninguém” (LOPES, 2006, p. 21).

Esses postulados tiveram eficácia argumentativa na corrente historiográfica de Inferioridade Africana, de modo que elementos produzidos pelos povos africanos como artes, ciências e tecnologias foram-lhes negados a autoria ou minimizados. A técnica da estatuária dos Yorubá, por exemplo, foi apontada como oriunda do Egito; a arte do Benin, associada aos portugueses; as infraestruturas arquitetônicas do Zimbábue, oriundas de técnicas árabes; cidades malianas, influência Oriental; e os cereais utilizados na África, oriundos da Ásia, do Sudeste (LOPES, 2006). Dessa forma, o autor chegou à conclusão de que a Inferioridade Africana devia-se aos mencionados fundamentos coloniais europeus que primavam pela “dominação física, humana e espiritual” (LOPES, 2006, p. 23).

Contra essa perspectiva analítica surgiram estudos nas décadas de 1940 e 1970, que buscaram reconstruir histórias nacionais africanas, bem como “retornar ao passado em busca de elementos legitimadores” (LOPES, 2006, p. 25). Nesse aspecto, a forja de heróis nacionais e os grandes feitos deram substância a essas narrativas. Entre os principais expoentes dessa corrente historiográfica, chamada de Superioridade Africana, pode-se mencionar: Joseph Ki-Zerbo, A. Ajayi, B. A. Ogot, T. Obenga e Cheick Anta Diop, autores que, segundo as análises de Lopes, não sem críticas, apresentavam em seus discursos o “nós também temos uma história”, em vez de “apenas temos” (2006, p. 25). Foi a geração da pirâmide invertida que conseguiu balançar o pêndulo da história e acender a luz interna e externa do túnel europeu. A crítica de Carlos Lopes, neste aspecto, é de que as narrativas propostas pelos respectivos pesquisadores acabavam

sobrevalorizando a história africana e apresentavam uma dose exagerada de emocionalismos.

Não obstante, tendo em vista o contexto histórico no qual emergiram essas discussões, marcado pelo final da Segunda Guerra Mundial e pelas lutas de independência nos países africanos, pode-se observar, segundo Silva (2010), que os malefícios da guerra foram sentidos por certos grupos como uma suposta decadência cultural europeia, que fez surgir, por outro lado, a necessidade de se repensar os valores da civilização ocidental no mundo. Sendo assim, o lugar social de produção foi profícuo para a emergência de novas perspectivas sobre a importância da história do continente africano, ganhando projeções os projetos pensados para a construção de uma *África para os africanos*.

A primeira tentativa de escrever sobre uma história da África subsaariana partiu de Joseph Ki-Zerbo, muito criticado à época por ter tentado escrever uma história da *amanhã/futuro* e, concomitante a isso, no campo das invenções das tradições, criar heróis, heráldicas e fazer reivindicações sobre o Egito (LOPES, 2010). Para Lopes, a elaboração desse passado e de personagens mostrava a real intenção dos intelectuais africanos, qual seja a de colaborarem na construção de novas identidades africanas, tendo no passado a fonte legitimadora de seus discursos.

Algo que o senegalês Cheik Anta Diop fez com bastante desenvoltura, pois, em duas de suas obras, *Nações negras e cultura* (1955) e *Anterioridade das civilizações africanas* (1967), realizou um movimento narrativo bastante controverso. Talvez uma tentativa de legitimar seu discurso de superioridade africana, visto que, o autor se apropriou de algumas teses eurocêntricas do século XIX. Porém, conforme criticou Carlos Lopes (2010, p. 25):

Tratava-se de escrever a história da África, longe do binômio colonizador-colonizado, afastando-se o mais possível da historiografia colonial exceto quando esta fornecia argumentos favoráveis à superioridade africana.

A posição de Diop ficou evidente no texto *A origem dos antigos egípcios* ([1982]2010), organizado pela UNESCO, onde reforçou o argumento de que foi no Egito que teve origem a história africana. Para sustentar a tese de africanidade dos antigos egípcios, o autor se valeu de várias comprovações, uma delas, o ponto de vista

da antropologia física do século XIX que, mesmo controversa, afirmava que “a base da população egípcia pré-dinástica era negra” (DIOP, 2010, p. 4).

Igualmente, valeu-se da iconografia que retratava em pinturas e/ou estátuas a negritude dos egípcios, bem como de testemunhos escritos na Antiguidade que falavam da cor desse povo. Inclusive, nesse aspecto, mencionou autores clássicos da Antiguidade europeia, como Heródoto, Aristóteles, Diodoro e Estrabão, que teriam deixado documentado suas impressões sobre os antigos egípcios, destacando o seu caráter negroide. Diop arvorou-se ainda do termo a *kmt*,³ para validar a sua argumentação, afirmando que os egípcios o utilizavam para referenciar a cor de sua pele.

Como se vê, os indícios expostos foram de fundamental importância para que Diop ressaltasse a relevância do Egito para a civilização ocidental, em especial do Egito faraônico, objeto de destaque em seus estudos. Observa-se que fazer a ligação do povo africano com os poderosos faraós significava retirá-los de um estado de *subalternidade* para colocá-los em outro patamar, desvinculando-os da apregoada *barbárie*.

A tentativa foi bem-intencionada, afinal, o objetivo era lançar um novo olhar sobre o continente africano. No entanto, Diop acabou sendo controverso em alguns momentos, dado que em sua pesquisa apropriou-se de teses da antropologia física, a mesma que no século XIX se utilizou da antropometria para medir as partes do corpo humano e, assim, aferir sua capacidade intelectual, perspectiva que foi amplamente utilizada para provar a inferioridade racial dos negros.

Ademais, muitos questionamentos foram feitos ao termo *kmt*, sendo Étienne⁴ um dos autores que chegou a propor outra definição, na qual o *km* (significando completar/ser completo) em nada se referia a preto, algo que foi completamente refutado pelos defensores da tese de Diop. Entre eles encontramos Théophile Obenga, que sustentou em seus escritos a derivação do termo *km = kmt* como designativo da cor preta. A postura dos defensores dessa hipótese, como bem atentou Moraes (2003), impediu que se travasse um rico debate sobre a temática.

³ “Kmt – geralmente transcrito como Kemet ou Kemit – era um dos nomes que os antigos egípcios davam a seu país. Os egiptólogos geralmente traduzem essa palavra como “O Negro” ou “A Terra Negra”, e a interpretam como representação do contraste estabelecido entre as terras fertilizadas pelo sedimento escuro trazido pelo Nilo e a Dšrt, “A Terra Vermelha”, isto é, “O Deserto”, (MORAES, 2003, p. 329-330).

⁴ Apud MORAES, 2003, p. 329-330.

Apesar das fragilidades das respectivas teses, não se pode negar o seu valor. Foram elaboradas por pesquisadores africanos, escrevendo sobre a história de seu próprio continente, objetivando oferecer alternativas à história eurocêntrica, uma historiografia que teve muito a ver com a proposta da Escola dos *Annales*. Devido à escassez de fontes, outras possibilidades de pesquisa tiveram que ser colocadas em prática, ou seja, “novas fontes tiveram de serem descobertas e novas técnicas desenvolvidas para reexaminar as velhas fontes sob uma nova luz” (WESSELING, 1992, p. 111). Disso, temos que a interdisciplinaridade e a construção de uma história problema e totalizante marcaram as produções intelectuais dessa vertente historiográfica.

A obra *História da África*, patrocinada pela UNESCO em 1982 e 2010, garantiu a esses intelectuais da *Pirâmide Invertida* uma historiografia fundamentada sob seus pontos de vista. Mas não só isso. A obra simbolizou também o nascimento de uma geração de pensadores que se afastaram da ideia fixa de ter que mostrar a tal *Superioridade Africana* frente à civilização europeia. “Assim, o pêndulo da história balançou-se mais uma vez” (LOPES, 2010, p. 27), e novamente passaria por transformações na virada para a década de 1980.

Familiarizada com os vários ramos do conhecimento, como arqueologia, linguística, antropologia e biologia, a Nova História Africana renovou a história a partir de novos questionamentos, aportes e demandas a respeito do passado do continente. Uma das singularidades dessa nova historiografia é que seus autores procuraram se afastar do viés marcado pela sobrevalorização do continente e trataram de construir uma narrativa distante de análises contraditórias. Dentro do continente africano, destacam-se A. F. Ajahi, A. Boahen, V. Mudimbe, I. A. Akinjogbin, T. Falola e outros. Os principais nomes fora do continente foram P. Lovejoy, J. Miller, Y. Kopytoff, Alberto da Costa e Silva, K. Asante, Martin Bernal, Carlos Lopes, entre outros. Houve por parte dos mesmos uma preocupação em dar prosseguimento às pesquisas até então desenvolvidas e atentar para o que estava sendo produzido mundialmente (SILVA, 2010).

Para Carlos Lopes tratava-se de um movimento que procurava compreender as “historicidades complexas face a historiografia ideologizadas” (1989, p. 27). O permanente diálogo com os *Annales* se fez sentir em reflexões voltadas para a longa duração e entender as ligações entre o passado e o futuro, já que este, em meio às crises políticas e incertezas, não conseguia explicar o presente.

Dentre as diversas contribuições dessa corrente, cabe-nos destacar o constante questionamento à história eurocêntrica (mas sem cair no afrocentrismo); a preocupação de situar o africano como sujeito histórico; e as mudanças de cunho teórico e metodológico, imprescindíveis para que se estabelecesse uma divisão temporal da historiografia africana.⁵ Tudo isso só foi possível a partir do momento no qual se buscou “afinar as técnicas, conhecer as tendências transnacionais e quebrar barreiras e tradições impostas pelas línguas oficiais” (2010, p. 28).

A partir desse refinamento proposto pela nova historiografia africana, nota-se a emergência de temas e abordagens sobre gênero, doenças, saúde, nacionalismos, lutas, conflitos no continente, escravidão, culturas políticas e ressignificações sobre poder e território, temas que evidenciavam as complexidades que envolviam a história da África (SILVA, 2010). Diante disso, destacamos o interesse em analisar o continente africano inserido no contexto do *Mundo Atlântico*,⁶ no intuito de evidenciar que os povos africanos não estavam isolados, mas, sim, em contato com os povos dos dois lados do oceano. Procuramos não cair na armadilha conceitual metrópole/colônia, mas avançar em seu modo investigativo ao dar ênfase às peculiaridades e relações entre as populações que transitavam nesses espaços, com um olhar atento para as conexões, redes diaspóricas e os intercâmbios, ou seja, em ouvir a voz desses sujeitos históricos e construir narrativas que visassem mostrar o *apenas temos uma história*.

Abordagens sobre vivências e sociabilidades da gente negra nos estudos afro-brasileiros

No âmbito dessa renovação dos estudos africanos é fundamental analisar a África não de forma isolada, mas integrada à Europa e a América, inserida no já mencionado contexto do *Mundo Atlântico*, que devido a sua flexibilidade analítica, abriu leques para “temas nacionais, internacionais e transnacionais, de histórias regionais, comparadas e de fluxos” (SCHLICKMAN, 2016, p. 240). Diálogos

⁵ Segundo Muryatan Barbosa (2008), estabeleceram-se duas épocas para o entendimento da história africana. A Idade Antiga, que vai do surgimento do Homem até o século V d.C., e Idade Moderna/Contemporânea, que vai do século V até o presente.

⁶ David Armitage, historiador britânico, conceituou o termo da seguinte maneira: “*Circum-Atlantic history* – a história transnacional do mundo atlântico. *Trans-Atlantic history* – a história internacional do mundo atlântico. *Cis-Atlantic history* – história nacional ou regional com um contexto atlântico” (ARMITAGE apud SCHLICKMANN, 2016, p. 238).

transnacionais têm acontecido, mas ainda há muitos desafios a serem superados, tendo em vista que a presença de pesquisadores dos três continentes nos diversos encontros internacionais até agora não se mostrou suficiente. Nem todos podem participar, e embora a tecnologia contribua para a divulgação de seus estudos, é necessário maior interesse das editoras em publicar as traduções de muitas dessas obras.⁷

Diante das transformações e mudanças de enfoques pelas quais passou a historiografia africana, nesse aspecto é interessante analisar como essa historiografia africana contribuiu nas produções brasileiras que trataram sobre o sujeito da diáspora africana e seus descendentes. O que se percebe nos estudos dos anos de 1980, no Brasil, é que eles muito se aproximam da terceira corrente proposta por Carlos Lopes.

Mas antes de discutir essa aproximação, cabe uma breve contextualização. A partir dos anos de 1960 e 1970, houve mudanças nos estudos brasileiros, os quais provocaram uma ruptura com interpretações construídas na década de 1940 por cientistas sociais como Gilberto Freyre, à época, muito influenciado por Franz Boas⁸ e sua antropologia cultural de negação da existência de raças inferiores e superiores.

Na obra *Casa grande e senzala* ([1933] 2006), foi colocada a questão sobre a miscigenação na sociedade brasileira, mesmo tendo reconhecido os aspectos da violência do sistema escravista em suas abordagens, Freyre sempre as relativizou. Porém, no seu contexto/lugar de produção, o autor avançou nas suas reflexões em detrimento de teorias formuladas por intelectuais como Nina Rodrigues⁹ nos anos de 1930, por exemplo.

⁷ Estas considerações foram feitas por Kim Butler, professora da Rutgers University. Disponível em: CULTNE DOC – Histórias do Pós-Abolição. Rutgers University https://www.youtube.com/watch?v=m5dxvjsaUKY&index=25&list=PL0VHJF9eK9zTiyi40hQbghcD_i2_YdepSf. Acesso em: 26 jun. 2018.

⁸ Nascido em Minden, Westphalia, Alemanha, em 9 de julho de 1858. Passou por Heidelberg, Bonn e Kiel, tendo recebido nesta última, o título de Ph.D. em física. Boas conduziu trabalho de campo em diversos museus localizados na América do Norte. Franz Boas foi pioneiro no conceito de exposições em grupo de vida e chegou a fazer mostras sobre crânios de vários povos, com o intuito de demonstrar a irrelevância da tese que atribuía ao tamanho do cérebro a inferioridade das raças. Refutou tais postulados e criticou as teorias de distinção racial entre humanos. A partir de estudos desenvolvidos sobre raça, linguística, dança e arqueologia, acabou desenvolvendo a teoria do relativismo, pondo abaixo as teses que afirmavam que a civilização ocidental era superior às sociedades menos complexas. Ver *Biografias y vidas*, <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/boas.htm>. Acesso em: 26 jun. 2018.

⁹ O médico maranhense Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) foi pioneiro nos estudos sobre cultura negra e antropologia criminal no Brasil. Criticou a miscigenação racial, afirmando que esta seria o primeiro passo para a degeneração do indivíduo, e postulou ainda a tese de que sujeitos miscigenados eram inferiores e mais inclinados a cometerem crimes. Ver RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

Prosseguindo nessa trajetória dos estudos da escravidão no Brasil, principalmente no início dos anos de 1960, percebe-se uma contraposição à ideia sustentada por Freyre sobre brandura das relações senhor/escravo. Momento no qual se destacaram autores como Fernandes (1978), Ianni (1962), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1962) e outros, conhecidos como integrantes da chamada *escola paulista*. Cabe frisar que os estudos desenvolvidos possuíam uma perspectiva sistêmica da escravidão vinculando-a aos quadros do Antigo Sistema Colonial, reflexão muito presente em Florestan Fernandes e que acabou sendo compartilhada por diversos pesquisadores da *escola paulista*.

Os seus integrantes, ao questionarem sobre a ideia de convivência harmoniosa entre brancos e negros, tão presente nas reflexões freyrianas, procuraram analisar a escravidão sob o prisma da violência das relações entre proprietários e escravizados. E ainda, segundo Escosteguy Filho (2015, p. 105), essa escola “buscou articular a escravidão à acumulação do capital, associando, portanto, o sistema escravista brasileiro ao desenvolvimento do capitalismo comercial”, algo inovador no período. Não se pode esquecer também que o contexto foi marcado pela forte influência de estudos como *O capital*, de Karl Marx, o qual reverberou em diversas pesquisas acadêmicas.

Na obra *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, de 1962, Cardoso fez a seguinte constatação:

A possibilidade efetiva de os escravos desenvolverem ações coordenadas tendo em vista propósitos seus era muito pequena. Não tinham condições para definir alvos que levassem a destruição do sistema escravista e não dispunham dos meios culturais (de técnicas sociais ou materiais) capazes de permitir a consecução dos propósitos porventura definidos. Está claro que o processo de aniquilamento pela socialização incompleta e deformadora das possibilidades do escravo reagir como pessoa não era expressamente deliberado pelos senhores. Ele resultava, indiretamente, das próprias condições de trabalho, da representação do Escravo como coisa e da aceitação pelos cativos da representação de escravos que lhes era imposta (1962, p. 167).

Na argumentação de Cardoso, existe a compreensão de que havia uma lógica sistêmica que transportava os cativos a não conhecerem seu lugar no então modo de produção capitalista comercial, trazendo a impressão de *coisificação do escravo*. Nesse aspecto, a violência empregada pelo feitor e/ou proprietário tratava-se de um mecanismo para ratificar o lugar do escravizado no cotidiano. A ideia de liberdade em

Cardoso, como se pode prescindir da citação anterior, derivaria de uma visão coordenada das ações dos indivíduos, ainda que essa ação tenha sido muito reduzida, conforme observou.

É necessário ressaltar que esses estudos acabaram influenciando o movimento negro contemporâneo nos anos de 1970, que, na sua luta contra o racismo, procuraram dar uma grande ênfase a temáticas que enfocavam a noção do cativo em relação à liberdade. Sendo assim, abundaram pesquisas sobre fugas, insurreições e formações de quilombos.¹⁰

Mas foi nos anos de 1980 que os novos estudos sobre escravidão (que muito se aproximaram da proposta da nova escola africana) tiveram a preocupação em situar os escravizados como sujeitos históricos que, mesmo com todos os limites impostos pelo sistema escravagista, construíram uma lógica própria de sobrevivência e de resistência. Esta perspectiva analítica de se estudar a escravidão no Brasil foi muito inovadora por buscar compreender a própria dinâmica da sociedade escravagista.

Nesse período, como bem analisou Palermo (2017, p. 338), “houve uma tendência, [...] de novos modelos teóricos que passaram a rivalizar principalmente com o paradigma marxista que foi especificamente utilizado pela Escola Paulista de Sociologia”. Buscava-se perceber o escravizado como um agente histórico e não como *escravo coisa*, mercadoria barata que beneficiava o sistema produtivo capitalista.

Suely Robles Reis de Queiróz (1998) teceu críticas a respeito dessa nova historiografia que começou a partir dos anos de 1980. De acordo com a pesquisadora, as novas análises sobre a escravidão acabavam compreendendo a relação do escravizado com o senhor de forma amenizada como o fez Gilberto Freyre. Havendo nos estudos um caráter de negação a respeito da coisificação do escravizado, bem como certo obscurecimento no que se referia às rígidas restrições sofridas pelos cativos (QUEIRÓZ, 1998), afinal, não se podia perder de vista que a sociedade brasileira era marcada pela violência no que se relacionava às relações escravistas.

Numa outra perspectiva, Silvia Lara (1998) entendeu a necessidade de avançar a reflexão historiográfica para além daquela proposta pela *escola paulista*, sendo importantes os novos questionamentos e possibilidades para a compreensão das ações dos sujeitos escravizados. Sobre esse posicionamento, Rafael de Bivar Marquese (2013)

¹⁰ Ver MOURA, Clóvis. *Rebeliões de senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. 3. ed. São Paulo: L.E. Ciências Humanas, 1981; e FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

afirmou que essas mudanças foram importantes à medida que procuraram entender os sujeitos escravizados como agentes históricos, mas, apresentava fragilidades.

De acordo com Marquese, as novas pesquisas negligenciaram a discussão da escravidão em relação ao sistema capitalista global, discussão presente nos estudos da já mencionada *escola paulista*, da qual, em 1980, as análises procuraram se afastar. Portanto, como se vê, estamos distantes de um consenso na historiografia. O fato é que a partir de 1980, a guinada historiográfica ocorreu e fez-se sentir nos novos trabalhos que analisaram a escravidão.

Sendo assim, pesquisadores como Hebe Mattos (1998), João José Reis (2008), Flávio Gomes (1995), Alberto da Costa e Silva (2003), Sidney Chalhoub (1990), entre outros autores, demonstraram em seus trabalhos quão complexo era essa sociedade brasileira marcada pela escravidão de gente negra.

Esses pesquisadores recuperaram em seus trabalhos as vivências, estratégias, ações de homens e mulheres, bem como os inúmeros conflitos/negociações advindos das relações entre senhores e escravizados. Sidney Chalhoub, na obra *Visões da liberdade* (1990), por exemplo, refutou a imagem de *escravo rebelde/escravo coisa*, demonstrando sua preocupação em perceber o escravizado agindo com uma lógica própria. Apresentando ações não desordenadas que em muito se vinculavam às experiências culturais, o autor avançou em detrimento daquela perspectiva que coisificava o escravizado.

Com base em processos-crimes e ações cíveis que envolviam pessoas escravizadas, material sob a guarda de arquivos do Rio de Janeiro, Chalhoub analisou casos de escravizados que se aproveitaram das brechas da lei para colocar seus proprietários na justiça e/ou negociar com os mesmos. Tais escravizados tinham suas próprias concepções de liberdade e entendimento sobre o que consideravam um cativo justo ou tolerável.

Desvelando situações desse tipo, o autor lançou luzes sobre a temática da escravidão e abriu brecha para discutir a própria violência do cativo, que, de forma alguma, era um crivo para incapacitar as ações dos negros escravizados, e muito menos concebê-los como passivos ou quando não rebeldes e/ou indomáveis.

Ampliando essa discussão, Alberto da Costa e Silva em *Um rio chamado Atlântico*, de 2003, analisou o universo brasileiro escravista procurando perceber a circulação de escravos libertos, fugitivos, negros africanos que vinham estudar no Brasil

e que não sofriam perseguições pelo fato de usarem sapatos, bem como negros muçulmanos que, mesmo no cativeiro, não deixaram de praticar sua fé e/ou aqueles conversos ao cristianismo católico. Os negros cristianizados geralmente integravam as irmandades religiosas, que eram verdadeiros espaços de reelaborações da fé católica.¹¹

Em meio ao burburinho do cotidiano colonial, podia-se ainda ver a presença de pessoas negras que na África eram reis e nobres, mas que foram vendidos por seus desafetos como prisioneiros e, uma vez feita a travessia nos navios negreiros, buscaram reconstruir no *novo mundo* as estruturas políticas e religiosas das terras de onde haviam partido. Costa e Silva, assim como João José Reis (1989) e Robert Slenes (1990), chamaram atenção para a cultura africana e sua influência nas experiências de negros escravizados.

Dito isto, concordamos com Costa e Silva quando afirmou que a história do africano recém-chegado ao Brasil não iniciava a partir do desembarque em portos brasileiros, mas começava na África. Além disso, o tráfico de escravos africanos englobou não só os europeus colonizadores na América, mas também os soberanos africanos, intermediadores no processo de construção do *Mundo Atlântico*.

Esses africanos traziam em suas memórias, gestos e atitudes (percebidos na forma como reinterpretavam, por exemplo, a religiosidade), marcas culturais e raízes profundas de seus locais de origem. E naquele ir e vir do encontro entre Brasil e África, ainda era possível perceber a circulação de notícias entre os escravizados relativas às suas terras natais, tendo em vista a presença de marinheiros negros que trabalhavam no tráfico, escravos que acompanhavam seus amos ou de ex-escravos que se tornavam donos e sócios. Eram eles que faziam constantemente a travessia para adquirir e vender pessoas negras, algo que não era estranho para aquela sociedade.

E foram nessas intrincadas teias de relações sociais que o historiador João José Reis (2008), utilizando-se de fontes paroquiais, policiais e processos criminais do século XIX, tomou como o fio condutor da sua narrativa o liberto africano de Lagos (atual Nigéria), Domingos Sodré. Um personagem que vivia na cidade de Salvador e que se constituía como um próspero comerciante. Adquiriu escravos, alforriou e apadrinhou pessoas, estabelecendo uma rede social muito ampla.

¹¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre a religiosidade desses sujeitos históricos, ver: REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

O sobrenome Sodré foi adquirido de seu antigo senhor, algo bastante recorrente, tendo em vista que muitos alforriados adotavam o sobrenome de seus proprietários, como uma forma de capital simbólico para se afirmarem no meio em que estavam inseridos, e isso não foi diferente com Domingos Sodré. Recebera a alcunha de *papai de terreiro* – por sua participação nos ritos de candomblé, prática que o aproximou de várias categorias sociais, inclusive da gente de fino trato da cidade, que o procurava para fazer benzedoiras, amuletos e poções.

Domingos Sodré é um dos vários exemplos de sujeitos que tiveram que se adaptar às inúmeras circunstâncias, fez parte de instituições sociais, conseguiu conviver e transitar entre os dois mundos, o da gente negra e da aristocracia branca; e, como *papai de terreiro*, teve que lidar com as repressões por parte das autoridades da ordem. Soube, no entanto, utilizar-se das redes de relações sociais e políticas para resistir e sobreviver aos combates impetrados contra o candomblé, tendo em vista que diversos membros das elites baianas e dos aparatos da ordem eram seus clientes e acabavam o ajudando.

Dentro de uma historiografia social influenciada pela História Cultural, é possível ouvir as vozes de africanos(as), explorando suas experiências históricas no mundo atlântico. Evocar trajetórias como a de Domingues Sodré é também uma forma de compreender como os africanos e seus descendentes se movimentaram dentro de uma conjuntura social marcada pelo racismo.

A historiografia do continente africano se fez sentir nos estudos brasileiros quando se procurou ressaltar, por exemplo, o protagonismo dos escravizados em ações de fugas do cativeiro, bem como nas relações entre Brasil e África no que tange a assuntos relacionados ao tráfico de gente negra. Sem deixar de mencionar a contribuição da escola estadunidense, na qual os estudos sobre escravidão de Robert Slenes deram um novo impulso às pesquisas desenvolvidas sobre a temática no Brasil.

Mas o que se pretendeu nesse breve artigo foi mostrar possíveis conexões ocorridas entre as historiografias brasileira e africana. Sendo possível perceber que essa circularidade cultural, proporcionada pelo diálogo entre os intelectuais dos dois continentes, teve como ponto nodal as mudanças globais no que tange à noção de historicidade e temporalidade, ocorridas durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Sem esquecer ainda de mencionar a influência da historiografia estadunidense, italiana, francesa e inglesa nos estudos brasileiros, mas que não priorizamos neste

artigo, tendo em vista que o objetivo do mesmo consistiu em buscar aproximações entre a historiografia brasileira e africana.

E no esteio das mudanças e rupturas no campo da historicidade e temporalidade, Beatriz G. Mamigonian (2004, p. 36), considerando a pluralidade das abordagens nos anos de 1980, assim arguiu:

Enquanto antes os escravos eram vistos como uma massa uniforme, agora percebe-se uma hierarquia entre escravos, e o entrecruzar de identidades, baseadas em gênero, idade, ocupação (escravos rurais, urbanos, domésticos, artesãos, ganhadores etc.) e origem (africanos de diversas etnias ou nascidos no Brasil). Assim, na busca da diversidade das experiências históricas da população escravizada, os historiadores chegaram aos africanos e à sua experiência distinta.

Considerações finais

O que se procurou discutir até aqui foram as mudanças pelas quais passaram os estudos produzidos por pensadores africanos em contextos históricos de grandes transformações, os quais trouxeram possibilidades de renovação para a historiografia do continente. Esses estudos foram divididos de forma bastante didática por Carlos Lopes. Evidentemente que essa divisão não pode ser tomada como algo inflexível, mas como instrumento relevante quando se busca refletir sobre as vicissitudes do pensamento de uma intelectualidade africana.

Sendo assim, conhecer, ainda que de maneira parcial, os pesquisadores africanos e sua compreensão da África, bem como refletir sobre os estudos relacionados aos povos africanos e seus descendentes que foram desenvolvidos no Brasil ao longo das décadas, é romper com as fronteiras geográficas e embarcar no *rio chamado Atlântico*, como o fez Alberto da Costa e Silva.

Pois como se pode perceber, as produções brasileiras que trataram da temática africana não acompanharam a mesma temporalidade das transformações sofridas pela historiografia africana. Mas em momentos posteriores foi possível verificar que os estudos, notadamente dos anos de 1980, buscaram focar os sujeitos escravizados que conseguiram negociar e encontrar brechas para sobreviver dentro de uma dada conjuntura na qual estavam inseridos, reflexões que se aproximaram, em certa medida, de uma proposta que se afinou à da Nova História Africana.

Diante do exposto, é importante frisar que o tema não se esgota nesta breve análise, mas se coloca como um convite a novas reflexões. Por ora, pode-se concluir que as historiografias africana e afro-brasileira muito têm a contribuir mutuamente, pois discutir sobre a gente negra daqui e d'além mar faz-se também a partir dos estudos de suas trajetórias e conexões atlânticas.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA E SILVA, Alberto da. De ida e volta. In: _____. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, G. (org.). *História geral da África: a África antiga*. Brasília: Unesco, 2010.

ESCOSTEGUY FILHO, J. C. Reflexões sobre agência e estrutura na historiografia da escravidão. *Revista Tessituras*, v. 6, p. 102-117, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, [1933] 2006.

GOMES, Flávio dos S. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.

LANDER, Edgard. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.) *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso; Expressão popular, 2006. p. 201-234.

LARA, Silvia H. Conectando historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia A. (orgs.). *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

LOPES, Carlos. *A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos*. Actas do Colóquio *Construção e ensino da História da África*. Reunião Internacional de História de África, Lisboa, 1989, p. 21-29.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Revista de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 33-53, 2004.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORAES, P. F. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. *Afro-Ásia*, n. 29-30, p. 317-343, 2003.

PALERMO, Luís Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. *Dimensões*, v. 39, p. 324-347, jul.-dez. 2017.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHLICKMANN, Mariana. História da África e História Atlântica: contribuições e possibilidades. *Revista da ABPN*, v. 8, n. 19, p. 232-247, mar. 2016-jun. 2016.

SEEMAN, Jörn. Mercator e os geógrafos: em busca de uma “projeção” do mundo. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, ano 2, n. 3, p. 7-18, 2003.

SERRANO, Carlos; WALDEMAN, Maurício (orgs.). *Memória D’ África: a temática africana em sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Thiago Stering Moreira da. *Caminhos e descaminhos da historiografia da História da África (1840-1990)*. Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WESSELING, Henk. História de além-mar. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.